

Mato Grosso do Sul: povoamento, memória e história

Ricardo Souza da Silva
Mestrando em História UFMS/CPDO

Através da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, o governo do General-Presidente Ernesto Geisel criou o Estado de Mato Grosso do Sul, a partir do desmembramento territorial do Estado de Mato Grosso. Esta obra do pensamento autoritário que controlou o Estado brasileiro do golpe civil-militar de 1964 até meados da década de 1980, deixou os segmentos dominantes da sociedade local eufóricos na mesma medida que atônitos, pois, mesmo que o fato constituísse uma antiga aspiração de grande parte do “coronelismo” alocado na porção sul de Mato Grosso, há tempos a questão estava entregue ao esquecimento, era esporadicamente citada na imprensa ou no Parlamento Federal, sem maiores conseqüências.

Diga-se de passagem, até o anúncio das pretensões governamentais em criar uma nova unidade da federação, a Liga Divisionista, entidade organizada em 1932 com o objetivo de lutar pela criação do estado, encontrava-se desativada. Pode-se dizer que não apresentava sinais vitais desde 1961, quando suas esperanças foram renovadas com a eleição de Jânio Quadros, que era natural de Campo Grande, para assumir a Presidência da República. No entanto, logo no início do mandato, Jânio anunciou que não apoiaria qualquer proposta de divisão do Estado de Mato Grosso.

Contudo, no início de 1977, quando esses setores tomaram ciência da possibilidade concreta da “sonhada” divisão, procuraram imediatamente intervirem no processo com o objetivo, ao que tudo indica, de extraírem o máximo de vantagem, inclusive política. Como não formavam um todo homogêneo, cada segmento se lançou ao jogo à sua maneira. O grupo liderado pelo influente advogado e pecuarista Paulo Coelho Machado, por exemplo, retirou, às pressas, a Liga Divisionista da hibernação, reativando-a em 25 de março de 1977, numa assembléia restrita a convidados¹. O

restante da população foi excluída do processo, assistiu a tudo, como diria José Murilo de Carvalho, “bestializada”².

Se num primeiro momento os segmentos sociais dominantes buscaram tirar proveitos com a montagem do aparelho de Estado, sobretudo, através da ocupação de cargos, num segundo momento as suas preocupações voltaram-se para a delimitação dos elementos do passado que deveriam constituir a memória da nova unidade da federação. Dessa forma, a partir de 1978 e nas duas décadas seguintes, um verdadeiro surto memorialístico tomou corpo e desencadeou a publicação de inúmeras obras, constituindo-se em pouco tempo uma numerosa e influente historiografia que passou a ser utilizada, pela falta de outras referências, como fonte por diversos setores da sociedade, principalmente, por profissionais das áreas de educação, comunicação e da política, servindo de suporte para a elaboração de livros didáticos, concursos públicos e como guia para as propagandas privadas e governamentais locais.

Elaborada por membros pertencentes às camadas dominantes, mas também por indivíduos com elas identificados, essa historiografia aborda diversas temáticas, mas identificou-se no bandeirantismo, na Guerra do Paraguai e no divisionismo os pilares memorialísticos de onde partem e se desenvolvem as demais.

Foi observado que as questões relacionadas às sociedades indígenas, quando não são ignoradas, aparecem através de descrições sumárias ou como parte constitutiva das paisagens naturais; no formato do bom e mal selvagem como índio idealizado e estereotipado; como obstáculo a ação civilizadora, ou ainda, na figura de auxiliar do “branco”, geralmente como escravo ou trabalhador braçal.

Dentre suas características, observou-se que foi montada no universo do épico, do ufano e do mítico. Fortemente influenciada pelo evolucionismo, concebeu a história como uma mera sucessão de acontecimentos que, após apurada seleção, são descritos através da heroicização de fatos e personagens, com a utilização de uma linguagem grandiloquente, onde a ocupação territorial é entendida como uma ação civilizadora e a violência como uma necessidade inerente a essa ação.

Outra característica observada diz respeito a preocupação em construir uma história consensual, presumidamente única para todos os sul-mato-grossenses, glorificadora da ação de líderes intrépidos, sujeitos históricos únicos predestinados a atos de bravura e heroísmo, aos quais todos devem culto. Estas características indicam o caráter pseudo-científico desta historiografia, pois é possível identificar que as suas representações do passado são elaboradas de acordo com interesses e motivações do presente, já que só foram recuperados e exaltados elementos desejados, na mesma proporção que foi excluído ou ocultado o indesejado, produzindo dessa maneira, num movimento concomitante, as lembranças e os esquecimentos, embora, dê a impressão de preservar o passado em sua totalidade. Jacques Le Goff, já lembrava “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”³.

Neste texto foram selecionados, para efeito de sucinta análise, três casos que permitem ilustrar a investigação ainda em desenvolvimento. O primeiro trata-se do livro *Isto é Mato Grosso do Sul*, publicado em março 1978 pelo jornalista J. Barbosa Rodrigues, proprietário do maior grupo de comunicação do estado, que engloba rádios, televisão e o jornal de maior circulação. Editado por ele próprio, na introdução confessa que o trabalho foi feito às pressas, sem o necessário planejamento e carente de pesquisas mais aprofundadas. Mesmo resultando numa colcha de retalhos, “onde dados históricos, geográficos e estatísticos se misturam”, foi publicado com o objetivo de que “fosse imediatamente divulgado na imprensa, mostrando o que era Mato Grosso do Sul, que acabava de nascer”⁴

De fato, dentro da conotação dada pelo autor, o livro é mesmo uma “colcha de retalhos”, mesmo assim permite confirmar a necessidade sentida pelos setores sociais dominantes, em definir uma memória e construir uma história para o novo estado, a partir

da louvação de um povoamento que teria sido resultado da ação dos bandeirantes, em proveito da coroa portuguesa, e em detrimento dos interesses dos castelhanos:

Integrando na zona de influência paulista, as terras do sul matogrossense continuaram a ser percorridos seguidamente pelos bravos bandeirantes preadores de índios, mais tarde caçadores de ouro, que dilataram a posse portuguesa muito além do que fica estabelecido no Tratado de Tordesilhas. Mais tarde a adoção do “uti possidetis” confirmaria essa conquista para a coroa de Portugal⁵.

Contudo, mesmo com a vitória frente aos espanhóis a “conquista da terra” ainda não estava completa, restava ainda um empecilho a ser superado, o índio:

Não cessou, porém, a luta dos desbravadores que prosseguiram na arrancada de Raposo Tavares: afastados os castelhanos, ficaram os índios aguerridos que infestavam a região⁶.

Vale salientar que J. Barbosa Rodrigues utilizou a expressão “infestavam”, ou seja, para ele os indígenas não habitavam mas infestavam a região. Neste tocante, ao comentar os números da população indígena, ele reconhece que no passado havia um enorme contingente de indígenas no território: “a região compreendida pelo Estado de Mato Grosso do Sul constituía, principalmente nas zonas pantaneiras e às margens dos rios Paraguai e Paraná, verdadeiro viveiro de índios, pois elevava-se a várias centenas de milheiros os componentes das diversas nações de silvícolas”⁷. Entretanto, quando os números são relativos à época da criação do estado, informa que indivíduos da raça “vermelha” - os índios -, encontravam-se praticamente extintos. Dessa forma, pode-se concluir que bandeirantes e portugueses foram eficientes no controle da infestação, e “graças a esses denodados exploradores - bandeirantes e monçoeiros - que o território do atual Estado de Mato Grosso do Sul foi sendo desbravado”⁸.

Passados praticamente uma década e meia da obscura criação de Mato Grosso do Sul, o professor Hidelbrando Campestrini que, em função de sua inserção nas rodas das elites locais e constantes aparições na chamada “mídia”, tornou-se uma espécie de “historiador oficial”, juntou-se com o engenheiro Acyr Vaz Guimarães para produzir uma síntese da história do estado. Intitulada *História de Mato Grosso do Sul* a obra foi publicada em 1991, com recursos públicos, através da Editora do Tribunal de

Justiça do Estado. É apresentado pelo Desembargador Milton Malulei, Presidente do Tribunal, à época, que justifica a sua publicação nos seguintes termos:

História de Mato Grosso do Sul está escrito. O livro, nascido de larga e dedicada pesquisa, exposto numa linguagem acessível e atraente, em narrativa densa - marco balizador da produção historiográfica deste rincão - resgata os fatos marcantes da caminhada, construída de sofrimento, de bravura, de vicissitudes e de vitórias, da gente que construiu este Estado⁹.

O livro é comentado por Paulo Coelho Machado, influente memorialista local, que utilizou a orelha da capa para enumerar várias representações elogiosas ao trabalho Procurando demonstrar erudição, enaltece os métodos e as práticas de pesquisa dos autores, assim como as características textuais e objetivas do livro. Algumas passagens, longe de representar a realidade da obra, ajudam a entender a concepção de história da historiografia aqui investigada:

Daí, nasceu a narração real, verdadeira, autêntica, ao lado de interpretação honesta, elegante, irreprochável.
A linguagem é cristalina, fluida, sem arrebiques, como convém aos sábios que querem passar a frente seus conhecimentos. Afinal a palavra serve para isso. Transmitir o pensamento e não criar barreiras, obstáculos, entre aquele que ensina e o que quer aprender. Há de ser translúcida e simples, em termos inteligíveis.

Com um recorte temporal de mais de quatro séculos e apenas 194 páginas, pode-se dizer que o livro limita-se a uma descrição sumaríssimas de alguns acontecimentos, julgados de relevância pelos autores, narrados com base em fontes precariamente indicadas. A questão indígena foi praticamente ignorada.

A escolha do livro como objeto de análise, diz respeito ao fato de que nele encontra-se uma espetacular invenção histórica, produzida, ao que tudo indica, com o intuito de valorizar eventos ligados ao movimento divisionista que se organizou na porção sul de Mato Grosso, a partir da década de 1932. Trata-se do suposto Estado de Maracaju, unidade da federação criada por forças rebeldes alocadas na porção sul de Mato Grosso, que apoiaram São Paulo durante a Revolução Constitucionalista de 1932.
Segundo Campestrini e Acyr Vaz:

No correr da revolução, o sul de Mato Grosso desligou-se do norte, tendo o general Klinger, chefe das forças armadas revolucionárias, nomeado o médico Vespasiano Martins para governador da nova unidade - o Estado de Maracaju. O governo foi instalado, em Campo

Grande, no dia 11 de julho de 1932, no prédio hoje da maçonaria (Av. Calógeras, entre a Av. Afonso Pena e a Rua 15 de Novembro), durante oitenta e dois dias. Com a derrota dos constitucionalistas de São Paulo, o novo Estado ficou sem sustentação¹⁰.

Entretanto, conforme demonstrou a professora Mariza Bittar, a rebelião política que ocorreu no sul de Mato Grosso em 1932, “se constituiu numa espécie de governo paralelo ao sediado em Cuiabá e que não houve, portanto, divisão de Mato Grosso em 1932”¹¹. Curioso, é que no livro de Demosthenes Martins, Campo Grande: aspectos jurídicos e políticos do município, indicado por Campestrini e Acyr Vaz, como fonte, não há menção alguma a formação do tal Estado de Maracaju.

Outra obra bastante significativa é o livro Taboco 150 anos - Balaio de Recordações, publicada em 1984, pelo pecuarista Renato Alves Ribeiro. Sua análise permite entender como os memorialistas incorporam o índio na sociedade e procuram justificar ou elidir os conflitos. Para ele os indígenas são bons empregados, ótimos cavaleiros, exímios laçadores, além de aprenderem com relativa facilidade a trabalhar no campo, e nos mais variados ofícios, sobretudo domésticos:

Nas fazendas, oitenta por cento da peonada era de índios, sendo os serviços de casa sempre exercido por moças índias que eram criadas pelos brancos. Até hoje em Aquidauana e Miranda é muito comum as índias servirem de cozinheiras, arrumadeiras e babás. Os meus filhos tiveram algumas babás índias¹².

Procura demonstrar que na sua propriedade nunca existiram hostilidades entre “brancos e índios”, consta até a seguinte afirmação: “Os índios viviam em paz com os brancos, penso mesmo em grande amizade”. Contudo, ele mesmo reconhece que nem tudo era harmonia. Relata, algumas desavenças com os indígenas, e uma ocorrência de maior gravidade, que diz respeito ao rapto de uma criança índia, por indígenas que viviam numa aldeia próxima. Segundo relata, os pais da criança se casaram e, após o nascimento do filho, passaram a morar junto aos demais índios. Mas, foram hostilizados pela aldeia, o que os motivou a retornarem à fazenda. Os índios não aceitaram, inconformados foram até a fazenda e seqüestraram a criança. O casal comunicou o fato sei avô, que se sentindo afrontado ordenou que 15 homens armados fossem até aldeia e trouxessem de volta a criança. E assim o fizeram, sem encontrar

qualquer resistência por parte dos índios. O ataque porém teve grande repercussão, chegando ao conhecimento do Marechal Cândido Rondon que, mandou emissários à fazenda no sentido de deslocar os índios para outro local.

Entretanto, conforme um Ofício, datado de 21 de outubro de 1918, de um inspetor do Serviço de Proteção ao Índio, dirigido ao Diretor do daquele órgão, verifica-se uma versão bem distinta para o rapto:

Venho trazer ao vosso conhecimento o resultado das diligências que fiz para resolver a situação do índio menor José, filho da índia Catharina, a qual foi capturada quando pequena em uma das batidas levadas a efeito contra sua tribo pelo seu ainda hoje atroz perseguidor Coronel José Alves Ribeiro, residente em Aquidauana¹³.

Pode-se deduzir, que eram comuns as “batidas” realizadas pelos fazendeiros locais para a captura de índios, em decorrência do que a índia mãe da criança foi, ainda criança, raptada pelo proprietário da fazenda Taboco para ser criada e transformada em “empregada doméstica”. Segundo o mesmo Ofício:

Aquele menor fugira da fazenda Taboco de José Alves Ribeiro Filho e tendo sido apreendido pela justiça local e entregue ao homem em cuja companhia não queria estar, alegando maus tratos dele recebidos [...], competia à Inspetoria ir em auxílio desse índio, para que, libertado de José Alves Ribeiro Filho, pudesse a Inspetoria ajuizar da sua situação, dando-lhe o destino conveniente.

O documento indica que, em função de maus tratos, o “índiozinho” fugiu da fazenda, indo, ao que parece, refugiar-se na aldeia junto aos demais. No entanto, a pedido do fazendeiro, foi capturado pelas autoridades policiais locais, e entregue ao fazendeiro. Ou seja, a índia Catarina não era uma mera empregada da fazenda, mas parte de seu patrimônio, da mesma forma essa seria a “herança” de seu filho.

O fato do índio ter sido novamente entregue ao fazendeiro revoltou os indígenas, que passaram a promover represálias contra o fazendeiro, cortando arame de cercas e matando vacas prenhe. No relatório dos trabalhos realizados de 1906 a 1910, da Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, apresentado às autoridades do Ministério da Guerra pelo chefe da Comissão, pelo então Major de Eng. Cândido Mariano da Silva Rondon, consta que estas represálias foram respondidas com violentos ataques proferidos pelos proprietários da Taboco e outros fazendeiros com

requintes de crueldade, sugerindo que desejava fazer uma demonstração de força, além lembrar a todos a quem pertencia o poder da região:

Dessas depredações resultou, por parte dos fazendeiros reunidos das circunvizinhanças do Tabôco, um primeiro ataque aos índios que sofreram sensíveis perdas.

[...]

Foram êsses indivíduos tão ferozes que, não contentes em degolar, abriram os ventres de índias que se achavam em adiantado estado de gravidez!¹⁴

As atrocidades cometidas com as índias grávidas, indicam uma relação simbólica com as vacas prenhe sacrificadas pelos índios, sugerindo uma espécie de acerto de contas. Cândido Rondon relata, que procurou intermediar o apaziguamento do conflito, inclusive correspondendo-se com o Presidente do então Estado de Mato Grosso e com fazendeiros. Contudo, os índios foram atacados e mortos por diversos fazendeiros da região, o que levou Rondon a telegrafar ao presidente da Província protestando contra o que chamou de “canibalismo dos fazendeiros”, e solicitar providências para se evitasse a repetição da matança. Apesar da resposta favorável, segundo descreve Rondon, a cena se repetiu seis meses depois, executada pelos mesmos fazendeiros.

¹ Ata da assembléia de reativação da Liga Divisionista, transcrita por Hidelbrando Campestrine e Acyr Vaz Guimarães em História de Mato Grosso do Sul, Campo Grande : Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991. p. 154.

² Expressão empregada por Aristides Lobo, para designar a falta de participação popular na Proclamação da República, foi utilizada por José Murilo de Carvalho em seu estudo Os Bestializados: o Rio de Janeiro e República que não foi, como referência ao analisar o caráter elitista do novo regime e a falta de participação popular.

³ LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas : Editora da UNICAMP, 1992. p. 426.

⁴ RODRIGUES, J. B. Isto é Mato Grosso do Sul. São Paulo : Editado pelo autor, 1978. p. 15

⁵ RODRIGUES, J. B. Isto é Mato Grosso do Sul. p. 25

⁶ RODRIGUES, J. B. Isto é Mato Grosso do Sul. p. 25

⁷ RODRIGUES, J. B. Isto é Mato Grosso do Sul. p. 21.

⁸ RODRIGUES, J. B. Isto é Mato Grosso do Sul. p. 26.

⁹ CAMPETRINI, Hidelbrando e GUIMARÃES, Acyr Vaz. História de Mato Grosso do Sul, Campo Grande : Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991. p. 5.

¹⁰ CAMPETRINI, Hidelbrando e GUIMARÃES, Acyr Vaz. História de Mato Grosso do Sul. p. 127.

¹¹ BITTAR, Mariza. Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997). 1997. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p. 123.

¹² RIBEIRO, R. A. Taboco 150 anos: balaio de recordações. p. 73

¹³ Ofício do Inspetor do Serviço de Proteção ao Índio dirigido ao Diretor do Órgão em Mato Grosso, datado de 21 de outubro de 1918.

¹⁴ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – CNPI - Relatório dos Trabalhos Realizados de 1906 a 1910, pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, apresentado às autoridades do Ministério da Guerra, pelo Major de Eng. Cândido Mariano da Silva Rondon como chefe da Comissão. p. 61